

CIÊNCIAS SOCIAIS E SUICÍDIO: REVISITANDO OS CLÁSSICOS E ESTUDOS ATUAIS

SOCIAL SCIENCE AND SUICIDE: REVISITING THE CLASSICS AND CURRENT STUDIES

Juarez Lopes de Carvalho Filho*

José Benevides Queiroz**

Philippe Steiner***

A coletânea de textos que aqui apresentamos, resultantes de reflexões e pesquisas sobre o suicídio, algo pouco comum na sociologia brasileira, justifica-se, dentre outros, por dois singulares aspectos que possui esse ato. Primeiro, porque, dentre os seres vivos, a morte voluntária é um gesto genuinamente humano (MINOIS, p. 3); nenhum outro ser tira sua própria vida. O segundo aspecto, em estreita relação com o precedente, porque esse ato ganha significados e, consequentemente, interpretações filosóficas, religiosas, morais, culturais etc. Ou seja, o fato de alguém pôr fim à sua existência, apesar de ser excepcional, pelo seu impacto e seu efeito sobre as pessoas, próximas ou distantes, é um fato que não passa despercebido às várias esferas da vida social.

Esta percepção não é homogênea, única ou convergente, pois às vezes depende em que segmento social ocorre o ato, em que período histórico, em que tipo de sociedade, bem como em que situação se encontra esta última. Na Antiguidade, por exemplo, alguém tirar a própria vida era tratado conforme o pertencimento social da pessoa que executava este ato. Enquanto o cidadão era respeitado por levar a cabo tamanho infortúnio contra si, os subordinados a ele – quer entre familiares ou escravos – eram reprovados por ação similar (PINGUET, 1987, p. 14-15). Esta ambiguidade era expressa nas opiniões de poetas, filósofos, dramaturgos etc. Esse tratamento dual, de certo modo, prossegue na Idade Média. Enquanto a morte voluntária de um nobre podia ser res-

* Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Luís, MA, Brasil. E-mail: juarez.lopes@gmail.com . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3508-4959>.

** Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Luís, MA, Brasil. E-mail: jose.benevides@ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5622-0163>.

*** Université Paris-Sorbonne/Gemass & Institut universitaire de France, Paris, França. E-mail: philippe.steiner@paris-sorbonne.fr. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0476-6527>.



peitada e até elogiada em versos e canções, o mesmo não acontecia com atos semelhantes de camponeses e artesãos, ficando seus corpos sem vida passivos à processos e condenações. Contudo, a partir de preceitos teológicos, principalmente os de Santo Agostinho, a religião católica, que cimentava a vida social à época, condenava com veemência a atitude de qualquer um que assim procedesse (MINOIS, 2018, p. 31-32 e 52).

Essa maciça reprovação da Igreja Católica, à qual veio juntar-se posteriormente a do protestantismo, apesar de persistir, foi perdendo força à medida que declinou o mundo medieval. Já no Renascimento, prelúdio da modernidade, foram emergindo novas visões e interpretações; segundo Minois, “se o direito secular continua sendo muito severo em relação ao suicídio, a influência crescente do direito romano estimula, no entanto, os juristas do final do século XVI e do século XVII a matizar sua posição” (Ibidem, p. 168). No século seguinte, concomitante e, de certo modo, impulsionado pelo Iluminismo, essa matização avança. Algo notório disto é o aparecimento do neologismo *suicídio*¹, que, criado na Inglaterra, se dissemina tanto por países anglófonos como por aqueles de línguas neolatinas (MINOIS, p. 224-226; VAN VYVE, 1956, p. 593); noutros países, como no caso da Alemanha, também acontece de criarem uma palavra própria, neste caso *selbstmord*. Com isso, a pessoa tirar a própria vida deixou de ser visto como um crime que ela praticava contra si – não por acaso até então era denominado “matar a si mesmo”, “ser homicida de si mesmo” “ser assassino de si mesmo” etc. – e passou,

cada vez mais, a ser considerado como um sintoma (PINGUET, p. 39).

Esta mudança de postura muito decorreu da confluência de alguns fatores: o fortalecimento da individualidade, os direitos e liberdades do cidadão, o declínio da autoridade religiosa sobre o conjunto da sociedade e a emergência do discurso laico e do conhecimento científico. A partir daí, este conhecimento produziu explicações diferentes das até então existentes: por um lado, os médicos dedicados aos estudos e tratamentos dos transtornos mentais – à época chamados de alienistas – identificaram as causas do suicídio na hereditariedade, nos distúrbios cerebrais, no alcoolismo etc.; por outro, os estatísticos e demógrafos, que demonstraram que as taxas de suicídio eram estáveis e regulares, que se relacionavam com o gênero, o estado civil, a religião etc. (QUEIROZ, 2020, p. 1456-1457).

Esses estudos se debruçaram sobre números que, agora sistematizados por órgãos governamentais, causavam perplexidades na sociedade. A cidade de Londres, por exemplo, viu os números de suicídios crescerem exponencialmente ao longo do século XVIII (MINOIS, p. 226). Do fim desta centúria e início da seguinte, o mesmo ocorre com a cidade de Paris; segundo os levantamentos que fez Jacques Peuchet, intelectual e político que ocupou inúmeros postos na burocracia do Estado francês, de 1817 a 1824, ocorreram 2808 suicídios na capital francesa (MARX, 2008, p.51). Em razão dessa realidade, a partir de 1826, o governo da França passou a sistematizar os dados sobre a ocorrência de mortes violentas no país, destacando-se os números dos suicídios. (CHESNAIS, 1976).

1. A etimologia latina da palavra é: “sui” (de si mesmo) e de “cidio” (derivado de “cid”, raiz da palavra “cadere”, que significa ferir, matar)

Uma nova abordagem desses dados do suicídio, diferente daquelas levadas a efeito pelos médicos alienistas e demógrafos, só ocorrerá no final da segunda metade do século XIX. Mostrando que o ato de uma pessoa tirar a própria vida não poderia ser reduzido ao plano individual, procedimento importante na afirmação da sociologia, Émile Durkheim tentou relacioná-lo com as condições da vida social. Ao longo de quase uma década, o sociólogo francês sistematizou sua abordagem: já em 1888, na *Revue Philosophique*, ele publicou o texto *Suicídio e natalidade* (DURKHEIM, 1975: p. 216-236); em seguida, na Universidade de Bordeaux, no ano acadêmico de 1889-1890, ele ministrou um curso que teve como tema o suicídio (STEINER, 2018, p. 6); por fim, em 1893, defende e publica sua tese de doutoramento *Da divisão do trabalho social*, onde o suicídio é um indicador importante na discussão da divisão do trabalho anômica. Dessa sistematização, que contou com a prestimosa ajuda do sobrinho Marcel Mauss, que fez os cálculos estatísticos e as tabelas dos dados disponíveis sobre o fenômeno, nasceu a obra *O suicídio*, que tinha como complemento do título *estudo de sociologia*.

Este livro se tornou um clássico por pelo menos três motivos. Primeiro, de acordo com Christian Baudelot e Roger Establet, “de todos os livros de Durkheim, *O Suicídio* é aquele que foi mais lido no mundo inteiro... [Ele]construiu um quadro de análise do fenômeno que permite ainda hoje estudar suas variações em todos os países do mundo” (BAUDELLOT, ESTABLET, 2018, p. 34). Segundo, e ainda de acordo com os mesmos autores, *O suicídio* é uma obra vi-

va, pois em ciências sociais raras são as “obras que sobrevivem aos seus autores ou às circunstâncias históricas que motivaram sua publicação” (BAUDELLOT e ESTABLET, 1999, p. 9) Mais à frente, no final do livro, os autores afirmam: “uma conclusão se impõe: a obra resiste” (Ibidem, p. 109). Não só. Como várias explicações de Durkheim ainda se mantêm, esses autores vaticinam que ele é “um dos raros sociólogos a ter feito uma descoberta” (Ibidem). Terceiro, quase todas variáveis – sexo, idade, estado civil, religião, localização geográfica etc. – utilizadas atualmente nos estudos sobre o suicídio, independente da área, foram trabalhadas exaustivamente por Durkheim.

O livro foi um sucesso editorial. Ele foi bem recebido no meio acadêmico com destaque numa das principais revistas filosóficas da época, a saber: *Revue de métaphysique et de morale*. Nesta, uma notícia bibliográfica saúda positivamente *O suicídio*. Esta nota ressalta as novidades do livro, coloca ênfase nas principais teses de Durkheim, recupera as principais polêmicas com Gabriel Tarde, por ocasião da publicação de *As regras do método sociológico* e valoriza a qualidade das análises de Durkheim no processo de tratamento epistemológico do objeto de estudo. Vejamos um pequeno estrato da nota: “Eis um trabalho que, conhecido mais cedo, provavelmente teria poupado os leitores de *As regras do método sociológico* dos equívocos lamentáveis e Durkheim e seus críticos das consequências de uma discussão começadas por mal-entendidos”². No ano de 1898, esse mesmo periódico reserva espaço para uma resenha de autoria de François Simiand, “*É. Durkheim et le suicide: étude so-*

2. Cf. *Revue de métaphysique et de morale*, “Supplément”, novembre, 1897, pp. 1-3.

ciologique”³, que compõe o presente dossiê. Para esse colaborador de Durkheim e de *l'Année sociologique*, que defende a validade científica da sociologia contra a sociologia geral e a filosofia social *O suicídio* deve ser considerado como uma nova exposição e como uma ilustração de *As regras do método sociológico* preconizado por Durkheim.

Podemos assim afirmar que este livro contribuirá de maneira decisiva para a consolidação do lugar de Durkheim no campo acadêmico e na institucionalização da sociologia como ciência.

A partir de então, o fenômeno do suicídio se inscreveu em definitivo nas pautas das pesquisas sociológicas. Esta presença não se restringiu ao impacto imediato de sua obra, como expressa a dura crítica que François Simiand ao *O suicídio*, como veremos. Ao longo dos anos, a área de sociologia muito produziu sobre esse objeto de estudo. Dentre outros, podemos destacar os seguintes livros: tomando a moral vigente como referência e após dez anos de pesquisas, Albert Bayert, em 1922, escreveu uma volumosa obra intitulada *Le suicide et la morale*; sob a influência da Escola de Chicago, Ruth Shonle Cavan, em 1928, publicou o livro *Suicide*; um dos colaboradores diletos de Durkheim, e contando com o incentivo de Marcel Mauss, Maurice Halbwachs, em 1930, publicou *Les causes du suicide*; Jack P. Gibbs e Walter T. Martin, em 1964, publicaram *Status integration and suicide: a sociological study*; Anthony Giddens, em 1971, organiza e publica o livro *The sociology of suicide*; buscando responder às inquietações de seus alunos sobre a situação do

suicídio na sociedade francesa do século XX, Christian Baudelot e Roger Estabiet, em 1984, escrevem *Durkheim et le suicide*; a partir de um estudo comparativo, Marzio Barbagli, em 2009, publicou *Congedarsi dal mondo – il suicidio in Occidente e in Oriente*. Em toda essa sintética bibliografia apresentada, que cobre um século, há um diálogo com *O suicídio*, quer com o intuito de contestá-lo, quer de retificá-lo em alguns aspectos, quer ainda de complementá-lo em outros. Do mesmo modo, não é muito difícil encontrarmos em prestigiosos periódicos artigos que têm como objeto e tema o suicídio. É o que acontece quando procuramos nas revistas francesas *Cahiers Internationaux de Sociologie*, criada em 1946, ou na *Revue Française de Sociologie*, fundada por Raymond Boudon em 1960, ou, do outro lado do Atlântico, nos EUA, na *American Journal of Sociology*, editada pela primeira vez em 1894, e que teve como um de seus idealizadores Albion Small, primeira figura proeminente da Escola de Chicago, ou a *American Sociological Review*, publicada a partir de 1935; desde sua fundação, encontramos na *American Journal of Sociology* artigos – como *Suicide in the light of recent studies*, de 1898 – e resenhas – como a do livro *The morals of suicide*, de 1900 – que têm por objeto o ato da pessoa tirar a própria vida.

Quando nos voltamos para a sociologia brasileira, aí nos deparamos com uma realidade totalmente diferente. Apesar de sua institucionalização acadêmica já ter próximo de noventa anos, não há qualquer livro ou coletânea de sociologia que tenha trata-

3. Revue de métaphysique et de morale, 1898, pp. 641-645.

do do fenômeno do suicídio. Com raríssimas exceções, que são muito recentes⁴, nossas principais revistas de sociologia e ciências sociais apresentam a mesma deficiência.

É em vista disso, e querendo superar tamanha lacuna, que se justifica o presente dossiê. Assim, o ineditismo deste se dar por motivo diferente daqueles dos dossiês que atualmente se apresentam como únicos e originais: ele não trata de um objeto que resulta da fragmentação que por esses dias toma de assalto as ciências sociais, algo muito preocupante, mas de um tema que sempre esteve em aberto e foi, até agora, pouquíssimo explorado por nossa sociologia. Ele está composto de nove artigos, sendo seis atuais e três que compõem a parte de Documentos; gravitando todos em torno do fenômeno do suicídio, os nove textos, mesmo os mais antigos e os mais recentes, resultam de reflexões sobre questões teóricas e metodológicas, bem como de pesquisas, algumas ainda em andamento.

Os dois artigos que abrem o dossiê têm como referências os livros *O suicídio*, de Émile Durkheim, e *As causas do suicídio*, de Maurice Halbwachs. Como os dois tratam dessas obras fundadoras, poder-se-ia pensar que se reduzem a um exercício de exegese. Diversamente, encontraremos em *A força da religião e o suicídio em Durkheim*, de Philippe Steiner, e *Durkheim, Halbwachs: sociologia e filosofia*, de Louis Pinto, reflexões sobre aspectos teórico-metodológicos, pertinentes à pesquisas sociológicas atuais, e

acerca da cada vez mais longa vida do ser humano.

Em *A força da religião e o suicídio em Durkheim*, inicialmente, o autor chama atenção para o fato de que, até a publicação de *O suicídio*, muitos estatísticos já haviam relacionado o ato da pessoa tirar a própria vida com a religião. A originalidade do estudo de Durkheim foi ter feito essa relação a partir da premissa metodológica que formulara em *As regras do método sociológico*: a causa de um fato social deve ser procurada em outro fato social. Este parâmetro metodológico, ressalta Philippe Steiner, não foi facilmente aplicado ao longo de *O suicídio*: no *suicídio egoísta*, por exemplo, foi necessário agregar outros fatores à religião para poder relacioná-la com o suicídio; este foi o caso da explicação de Durkheim sobre o suicídio ser menos frequente entre os católicos do que nos protestantes, sendo aos últimos atribuído um maior individualismo dos fiéis. O mesmo não ocorre quando é tratado do *suicídio altruísta*: em seus três tipos – *obrigatório*, *facultativo* e *agudo* – a religião encontra-se presente na normatização do ato. Esta concepção explicativa, de certo modo, é retomada na última obra que Durkheim publicada em vida, *As formas elementares da vida religiosa*. Contudo, alerta Steiner, como ele passara a ver a religião com outros olhos a partir de 1895⁵, há uma modificação na compreensão da relação entre confissão religiosa e suicídio. Por um lado, a abordagem do ascetismo, apesar de confluir com o *suicídio altruísta*, vai

4. A partir de um levantamento das publicações de nossas revistas de Sociologia e Ciências Sociais, disponibilizadas em suas páginas na internet, e que estão classificadas no estrato A1 de periódicos do *Capes Qualis*, encontramos um único artigo que tem o suicídio como objeto. Trata-se do texto *O suicídio no Brasil contemporâneo*, publicado, em 2018, pela revista *Sociedade e Estado*.

5. Em uma carta dirigida ao editor da *Revue néo-scholastique*, em 8 de novembro de 1907, onde tenta esclarecer até que ponto há influência alemã sobre sua sociologia, Durkheim escreve: “é somente em 1895 que tive a nítida percepção do papel capital exercido pela religião na vida social. Foi neste ano que, pela

além desse, pois, além de mostrar a abnegação e o desapego da pessoa de si, indica também que ela tem uma força capaz de suportar e superar as diversidades. Por outro, a religião se reveste de uma função pragmática, permitindo o fiel romper com as práticas ascéticas em relação ao suicídio.

Nas duas últimas partes do seu texto, Philippe Steiner analisa como Maurice Halbwachs, em *As causas do suicídio*, trata da relação entre religião e suicídio, bem como elabora suas conclusões inserindo no seio dessa relação a variável idade, especificamente o envelhecimento, como algo que tem uma dimensão social, mas não foi explorada por Durkheim e os durkheimianos em seus estudos. No estudo de Halbwachs, observa Steiner, o que o diferencia em relação a *O suicídio* não é o apurado uso dos recursos e técnicas estatísticas, mas a rejeição de levar em consideração o estado da sociedade, ou seja, seu grau de integração, colocando em seu lugar o *gênero de vida social*, e também recusar deixar de lado a opinião dos suicidas. Estas premissas permitiram o discípulo de Durkheim formular outra explicação dos motivos que levavam os protestantes se suicidarem mais que os católicos. Já na conclusão, Steiner ressalta a importância de se considerar o fator idade, o que lhe permite indicar novos aspectos para uma agenda de pesquisa sobre o suicídio na contemporaneidade. Retomando o conceito durkheimiano de *suicídio fatalista*, mas que foi deixado à margem em *O suicídio*, Steiner mostra que a longevidade das pessoas – com o significativo crescimento dos idosos, com mais de 65 anos, e dos muito idosos, como mais de

85 –, que implica na aposentadoria, abandono da vida social, retração de seu entorno e, portanto, a diminuição da vida afetiva e relacional, é acompanhada pelo crescimento do número de suicídios; estes, ao contrário do que acontece entre os jovens, representam uma antecipação da morte que se encontra às portas. Algo semelhante, também possível de ser definido como *suicídio fatalista*, acontece relacionado ao prolongamento da vida de doentes decorrente do progresso da medicina. Nesta situação, a abreviação da vida – determinada pelo próprio paciente ou familiares autorizados – tem como fito diminuir o sofrimento e ou manter a dignidade humana. Nas duas situações, a religião pode ajudar no esclarecimento desses tipos de suicídio: quer como um elemento dissuasivo, vide a condenação da Igreja Católica à eutanásia, quer como um elemento que ajuda o fiel a suportar o desprezo e o sofrimento da doença.

Já o artigo de Louis Pinto, *Durkheim, Halbwachs: sociologia e filosofia*, analisa o fenômeno do suicídio do ponto de vista da divisão disciplinar estabelecida entre as diferentes ciências do homem. Após apresentar a relação de Durkheim e suas disciplinas e as transformações nas relações entre sociologia e a psicologia entre os anos 1890 e 1930, o autor propõe uma análise sobre o suicídio, a fim de compreender o “anti-psicologismo metodológico durkheimiano, as razões pelas quais ele se tornou mais ou menos suspeito, mesmo para seus continuadores e as razões que se pode ter, e apesar de tudo, para querer conservar”. Para tanto, L. Pinto propõe examinar as propos-

primeira vez, eu encontrei o meio de abordar sociologicamente o estudo da religião. Para mim, isto foi uma revelação. Este curso de 1895 marca uma linha divisória no desenvolvimento de meu pensamento, ainda que todas as minhas pesquisas anteriores tivessem de ser repetidas novamente para ficarem em harmonia com esses novos pontos de vista” (DURKHEIM, 1975, vol. I, 404).

tas dos durkheimianos quanto ao problema das fronteiras das ciências do homem. Nesse sentido, ele traz a lume as oposições teóricas de alguns colaboradores de Durkheim (Mauss⁶, Halbwachs/Bouglé, Lapie... oposição chamada por Heilbron de durkheimianos ortodoxos e hererodoxos), sustentando a hipótese de que “o grau de intransigência na relação sociologia/psicologia tem a ver com o capital científico possuído, os menos dotados sendo, sem dúvida, os mais inclinados à boa vizinhança e ao compromisso interdisciplinar”. Como veremos, o ponto central discutido entre as obras *O suicídio*, de Durkheim, e *As causas do suicídio*, de Halbwachs, gira em torno do “repertório do coletivo” (Durkheim), cuja noção de fato social toma sentido em oposição à individualidade, e o esforço de Halbwachs, para recuperar o indivíduo, na busca de “reabilitar a psicologia”. Sabe-se que tendo estudado ao mesmo tempo com Durkheim e Bergson, Halbwachs torna-se sensível às questões psicológicas, principalmente no que diz respeito à distinção operada por Durkheim entre causas e motivos do suicídio.

As conclusões tiradas por L. Pinto sobre as relações entre sociologia e psicologia, é que “não existe razão para uma predominância da psicologia sobre os fatos psíquicos”. Segundo ele, “a sociologia não se reduz nem a uma física social nem a uma psicologia. Ela é estruturalmente dedicada à duplicidade, mesmo porque a tensão entre os dois polos, objetivismo e subjetivismo, é impossível de ignorar e *a fortiori* a eliminar”. A oscilação entre objetivismo e subjetivismo seria inerente ao estatuto da própria sociologia. Outro ponto importante a enfatizar na posição do autor sobre es-

sa tensão entre sociologia e psicologia, é o de que jamais Mauss e Halbwachs colocaram em questão as fronteiras entre essas duas disciplinas, pois o acordo entre o fundador e os membros da escola durkheimiana é bastante amplo”. “Mauss e Halbwachs se ocuparam em mostrar a força explicativa dos fatores sociais sobre os objetos tradicionais das outras disciplinas, notadamente da psicologia (a memória, a pessoa...). Contudo, nuances aparecem que contém, em parte, a posição ocupada no campo científico e universitário”. Segundo Pinto, isso foi, de um certo modo, uma estratégia para preservar a autonomia da sociologia no campo das disciplinas.

Saindo desses dois estudos sobre duas importantes obras sobre o suicídio, onde uma (*O suicídio*) estabeleceu a análise sociológica do objeto e a outra (*As causas do suicídio*) buscou retificar e aprofundar as contribuições da primeira, os textos subsequentes deste dossiê resultam de pesquisas que seus autores empreenderam ou estão empreendendo nesse momento.

Em *Les suicides des agriculteurs. Por une explication pluricausale de ce fait social*, Nicolas Deffontaines trata de um fenômeno atual e comum à maioria dos países mais industrializados: o grande número de suicídios entre os agricultores; na França, onde se centraliza a pesquisa apresentada pelo artigo, desde a década de 1970 os agricultores encontram-se no topo da hierarquia das taxas de suicídio por profissão. A constância no tempo e no espaço dessas altas taxas naqueles países, concomitante ao avanço da industrialização agrícola e declínio das sociedades camponesas, faz de o ato do camponês tirar a própria via um *fato social nor-*

6. Observa-se que o texto clássico de Marcel Mauss “Relações reais e práticas entre a psicologia e a sociologia”, é bastante citado nesse artigo.

mal. Para explicar este fato, ressalta Deffontaines, é necessário enfrentar o “senso comum midiático”, que para identificar a causa ou cai num reducionismo econômico, ou elege uma infinita variedade de fatores (isolamento social, pressão governamental, celibato, ausência de lazer, estresse etc.). Estas explicações para o suicídio dos agricultores, que geralmente vem à baila quando de uma crise agrícola, acabam não explicando a diferença entre o pequeno produtor e o chefe agrícola de uma empresa, tratando-os de maneira homogênea, e esquecendo que o fenômeno não é novidade e já acontece há um bom tempo.

Para superar o duplo erro da explicação midiática, Deffontaines, primeiro, passa em revista as explicações fundamentadas no “gênero de vida”, onde mostra que são frágeis: o deslocamento do maior número de suicídio do espaço urbano para o rural, desconsiderando as características socioeconômicas dos indivíduos, por exemplo, não explica por si só a razão dos agricultores se matarem mais que os operários; e isso em qualquer espaço rural considerado. Em seguida, ele elabora sua explicação pluricausal expressa em quatro configurações das formas de suicídio que destacam as propriedades socio-estruturais da profissão de agricultor: suicídio vinculado à imbricação trabalho/família; suicídio do velho camponês confrontado com a herança recusada; suicídio do “homem desqualificado” e suicídio da perda de sentido do engajamento no trabalho. Além da utilização dos dados estatísticos de variáveis usuais – como idade, sexo, estado civil, setor produtivo e área trabalhada –, essa explicação decorreu também, segundo o autor, de uma pesquisa etnográfica que buscou construir as trajetórias dos suicidas; para isso, na ausência dos agricultores que puseram fim às su-

as próprias vidas, ele, a partir do conceito “*proches éloignés*” (próximos distantes) que formulou, colheu as informações dos suicidas de colegas vizinhos, assistentes sociais da Mutualité Sociale Agricole, voluntários e funcionários da Solidarité Paysans e da associação de apoio aos agricultores em dificuldade. Assim, a explicação pluricausal põe de lado o indivíduo isolado no espaço rural, o estilo de vida neste espaço ou as crises agrícolas em si, e centraliza seus argumentos elucidativos em torno das relações familiares dos agricultores, do modo como as gerações entram em conflitos entre si em virtude do modo como encaram a atividade agrícola e como esta última é regulamentada pelo poder público.

O texto *Epidemia del suicidio, Formas de significar e inventar el suicidio en el Uruguay de fines de siglo XIX*, de Andrea Pérez, apresenta um estudo sobre como um jovem país, entrando na modernidade, se confronta com o significativo crescimento dos atos das pessoas tirarem a própria vida. Naquele momento, à tradicional condenação religiosa, que sempre qualificou o ato como um pecado, como coisa demoníaca, somou-se as concepções médicas e psicológicas, que passaram também a identificar o suicídio com problemas higiênicos, patológicos, infecciosos, chegando ao ponto de sua recorrência ser definida como uma epidemia; concomitante, o uso da estatística e a imprensa faziam-se presentes. A princípio, frente a esse cenário, e partindo de aproximações etnográficas, a autora tinha a pretensão de verificar se o alto número de suicídios no final do século XIX havia influenciado no fato de o ato fazer parte até hoje da memória coletiva dos uruguaios.

Contudo, mesmo munida de abordagens etnográficas e documentais, a autora percebeu o quão complexo era tamanha emprei-

tada, já que não há uma linearidade quer na história de uma sociedade, tampouco na vida das pessoas. Ao invés disso, ela buscou formular algumas reflexões dos dados disponíveis que teve acesso, interpretando assim as ideias e valores dominantes na sociedade uruguaia de fins do século XIX sobre o suicídio. Uma das reflexões refere-se ao levantamento de dados e fatos feitos em jornais da época, que tratavam o caso das pessoas tirarem a própria vida como uma monomania e/ou epidemia, e no arquivo judicial, onde verificou que o poder judiciário ainda tratava o suicídio como crime e suas decisões exerciam um poder moral sobre a sociedade. A reflexão seguinte trata e sistematiza os dados estatísticos referentes aos suicídios no Uruguai durante o século XIX, mas centralizando-se nas suas últimas décadas. O aumento significativo dos casos no fim daquela centúria, quando se verificou mudanças nas sensibilidades e subjetividades, é relacionado com o processo de modernização do país, onde se destacaram profundas transformações econômicas, efetivação do poder centralizador do Estado, reforma escolar e forte imigração. Como última reflexão, a autora recorre à antropologia para tratar da singularidade social, cultural e histórica, o que lhe permite analisar as trajetórias subjetivas, e tratar também do sentido local, o que possibilita mostrar as dinâmicas contextuais da época. Nesta reflexão é ressaltado como o modo dos jornais noticiarem o suicídio tem conexão com a condição social e com o gênero das pessoas que põem fim às suas vidas. Como epílogo, embora não se proponha conclusivo, é mostrado que o suicídio no Uruguai de fins do século XIX, no contexto da modernização, estava envolto numa tensão entre o livre-arbítrio e a vitimização do sujeito submetido à forças externas, sendo possível

configurá-lo como um ato radical, abrupto, que interpelava a ordem social e, por isso, atraía os interesses dos poderes normalizadores. Essa configuração do suicídio é apresentada a partir das notas judiciais encontradas nos arquivos pesquisados.

Por fim, os dois últimos textos dessa seção do dossiê tratam do fenômeno do suicídio na América Latina nas primeiras décadas do atual século.

No texto *El suicidio en el Uruguay del siglo XXI*, de Víctor Hugo González e Pablo Hein Picó, fundamentado em robustos dados, busca elaborar uma análise que rompa com as visões hegemônicas que tratam o fenômeno como uma enfermidade mental. Assim, o artigo parte da premissa de que, como em outros países, apesar de taxas mais significativas, o suicídio deve ser tratado como um fenômeno estrutural, impactante na vida dos uruguaios desde o começo do século XX. Esse aspecto estrutural se mostra na evolução das taxas de suicídio que é constante e indiferente à situação socioeconômica; a crise de 2002, por exemplo, fez as referidas taxas crescerem, mas essas não recuaram quando veio novamente a bonança. Por isso, os autores ressaltam que, para explicar o comportamento do fenômeno no Uruguai do século XXI, é necessário “um olhar mais agudo das ciências sociais e humanas sobre os conflitos latentes na sociedade e sobre as dimensões de uma violência eminentemente implosiva”.

Além da introdução e das breves conclusões, o artigo se desenvolve em três grandes partes. Na primeira parte, Víctor Hugo e Pablo Hein circunstanciam o suicídio uruguaio levando em conta sua inserção na América do Sul; enquanto nesta região a taxa de morte auto infligida encontra-se acima da média mundial, a do Uruguai apresenta-se acima dos demais países da mes-

ma região. Nesta parte, são discutidos os problemas das subnotificações de registro, o que compromete uma visão mais acurada do suicídio no país e quando comparado com outros, a compreensão das pessoas sobre se é justificável ou não tal ato, são testados algumas hipóteses de Durkheim e Halbwachs para o Uruguai e outros países da região. Na segunda parte, apresenta-se as etapas da evolução do suicídio no Uruguai, que abrangem do início do século XX até o presente: onde o momento mais baixo foi em 1909, quando ocorreram 6,6 suicídios por 100 mil habitantes, o mais elevado em 2002, com uma taxa de 20,9, e no presente com a ainda expressiva taxa de 17,4. As referidas etapas são assim periodizadas: de 1900 até 1934, quando se atingiu uma taxa de 17,3 suicídios por 100 mil habitantes, momento de modernização (intensa modificação tecnológica, social e econômica no meio rural) e laicização da sociedade (aprovação do divórcio, espaços públicos sem símbolos religiosos, separação do Estado da Igreja); de 1935 até o triênio 1986-1988, quando as taxas caem para o patamar de 8,7 suicídios por 100 mil habitantes, período que é pontuado por uma sociedade hiperintegrada, forte mobilização social e o Golpe de Estado de 1973; de 1989 até 2018, onde as taxas passam a gravitar próximo aos 20 suicídios por 100 mil habitantes, anos marcados pela redemocratização do país e por grandes crises econômicas globais. Na terceira e última parte do texto, os autores apresentam e analisam pormenorizadamente o suicídio no Uruguai que vai de 2012 a 2017. Aí são elaboradas análises comparando os departamentos entre si, bem como suas respectivas zonas urbanas e rurais, chegando a seguinte constatação: a incidência de suicídios nas cidades é bem menor do que os que ocorrem na campanha.

Fechando a seção, o texto *Um olhar sociológico sobre o suicídio no Brasil*, de José Benevides Queiroz, guia-se pelo mesmo objetivo que orienta o presente dossiê: preencher a lacuna que existe na sociologia brasileira acerca do suicídio. Para isto, inicialmente, o autor apresenta dados sobre o fenômeno no país que cobrem o período entre 1980-1982 e 2010-2012: apesar de ainda manter baixas taxas de mortes autoprovocadas, quando comparadas às do Uruguai acima mencionadas, por exemplo, o Brasil nesse espaço de trinta anos viu essas taxas crescerem mais de 150% na Região Nordeste, 80% na Região Norte e 50% no Centro-Oeste. Tamanha mudança repercutiu de maneiras diferentes! Por um lado, mostra o artigo, a sociedade, em geral, e órgãos governamentais, em particular, se mobilizaram, a partir de então, para promoverem ações no sentido neutralizarem esse crescimento. Por outro, a sociologia brasileira se omitiu em relação ao estudo dessa realidade; como indica o autor, somente nos últimos anos apareceram tímidos esforços no sentido contrário.

A partir desse cenário, o artigo tem a pretensão de ser uma contribuição para a superação dessa lacuna. Como resultado de uma pesquisa que se encontra ainda em andamento, o texto é apresentado em três partes. Na primeira, o autor tenta mostrar em que medida as melhorias das condições sociais, econômicas e políticas, pelas quais o Brasil passou entre os anos de 2000 e 2012, impactaram as taxas de suicídios do período. Neste, por um lado, as mulheres permaneceram mais protegidas do suicídio, enquanto, por outro, ocorreu um crescimento do ato de tirar a própria vida entre os mais jovens; além de discutir os possíveis motivos desse quadro, ele testa algumas hipóteses formuladas por Durkheim e Halbwachs em seus

clássicos estudos sobre o fenômeno. Na segunda parte, que trata do período de 2011 a 2018, o autor toma 2013 como marco principal, já que, a partir daí, se iniciaram crises políticas e econômicas, as quais abalaram as instituições e fizeram vários indicadores socioeconômicos regredirem aos patamares de fins da década de 1990 e início da seguinte. A partir de dados do Ministério da Saúde e de boletins epidemiológicos expedidos por esse órgão, são desvelados e apresentados três aspectos: primeiro, o fator social como algo importante a ser considerado até mesmo nas tentativas de suicídio, pois os transtornos mentais tiveram menor participação nesse ato. Segundo, as taxas de suicídio por faixas etárias e por grau de escolaridade, onde ressalta que esse ato continua a crescer entre os jovens e afetar menos aqueles com maior tempo de estudo. Por fim, tomando estudos sociológicos clássicos e atuais como referências, o modo como estado civil das pessoas se relaciona e afeta as taxas de suicídio. Na terceira parte, dedicada à conclusão, o autor ressaltar novamente a atualidade e os desafios do estudo sociológico sobre o fenômeno. Aí enfatiza as dificuldades que as poucas pesquisas na área impõem, pois acabam não criando um ponto de referência e de partida para novas investigações que tratem do suicídio, bem como a qualidade dos dados disponibilizados pelos órgãos governamentais brasileiros.

A segunda parte do presente dossiê é composta por três documentos: dois muito próximos da publicação de *O suicídio*, e um terceiro bem mais recente. Apesar de cronologicamente a resenha de François Simiand ser bem antes da escrita por Durkheim, estamos publicando-a em segundo lugar em razão do fundador da sociologia francesa repetir os mesmos argumentos de seu livro *O suicídio*.

A referida resenha escrita por Durkheim analisa criticamente a obra de H. A. Krose, *As causas da frequência do suicídio*, publicada na Alemanha, em 1906. Como observa Matthieu Béra, Durkheim contribuiu durante longo tempo com uma boa parte das críticas bibliográficas da revista *L'Année sociologique* (BÉRA, 2012), que ele coordenou durante quinze anos.

Como se trata de uma espécie de compêndio sobre o estudo do suicídio, Durkheim se dispôs a se ater apenas ao que o livro de Krose “traz de novo seja como fatos, seja como ideias”. Após apresentar a estrutura da obra, Durkheim vai submeter à crítica, cada tese do autor, basicamente em comparação com as do seu livro, *O suicídio*. A crítica de Durkheim vai sobretudo em relação à metodologia do autor. Podemos, para efeito introdutório, acentuar dois equívocos de Krose: primeiro, é sobre a relação do suicídio com o fator religioso (o capítulo mais extenso da obra do alemão). Para Durkheim, nesse ponto, Krose “considera que o fator religioso é o único cuja ação é suficientemente profunda para revelar-se em todos os casos e em todas as combinações de circunstâncias. A influência dos outros teria alguma coisa de mais incerta e de mais contingente”. “Esse privilégio da religião”, continua Durkheim, “o Sr. Krose não o reivindica somente para o catolicismo. Ele avalia que toda confissão pode ter o mesmo efeito, desde que ela condene o suicídio e creia em uma vida futura. Tudo depende da força com que essa fé está gravada nos espíritos”. Durkheim refuta esse argumento porque “se fosse a crença na vida após a morte que explicasse a ação da religião, não se compreenderia a razão do protestante ser, nesse ponto, inferior ao católico; porque um país, como a França, onde a fé está profundamente abalada, não

é mais inclinada à morte voluntária do que a religiosa Alemanha”.

O segundo equívoco, que se origina do mesmo princípio (da metodologia), é o fato de Krose argumentar “como se houvesse apenas um tipo de suicídio e de corrente suicidógena”. “Na realidade, afirma Durkheim, há vários, como tentamos estabelecer. Se a religião se preserva do suicídio, ela pode também o induzir; e os suicídios para os quais ela nos inclina são muito diferentes daqueles dos quais ela nos desvia”.

Durkheim conclui rejeitando o argumento radical e simplista de fazer depender a mortalidade-suicídio de um só e único fator.

O texto de François Simiand, como já informado, trata-se de uma resenha publicada em 1898, na *Revue de métaphysique et de morale*, do livro *Le suicide, étude de sociologie*. Sociólogo, historiador e economista, Simiand foi um dos colaboradores mais ilustres de Durkheim e do *L'Année sociologique*. Contudo, mesmo estando muito próximo de Durkheim, ele mantém sua autonomia intelectual. Como o leitor perceberá, após apresentação das principais teses e dos preceitos metodológicos da obra de Durkheim, ele expõe suas críticas ao autor. O ponto principal nos parece ser identificar um certo exagero de uma ciência positiva, na concepção de Durkheim dos fatos sociais para fundar a sociologia como ciência. Diante da afirmação de Durkheim de que “as tendências coletivas possuem uma existência que lhes é própria; são forças tão reais quanto as forças cósmicas, ainda que seja de uma outra natureza”, Simiand postula que “tão reais”: poder-se-ia dizer “tão pouco reais”, e que “a ciência física não perderia nada enquanto ciência”. E continua Simiand: “a ciência não tem necessidade de trabalhar sobre as “realidades”. É uma questão puramente metafísica querer saber se uma realidade cor-

responde ou não à ciência; sem dúvida a ciência conduz a esta questão, ela leva à metafísica, e recebe frequentemente fecundas direções. Mas ela é distinta, pois basta à ciência que existam fenômenos objetivos e determinados”. Ele conclui esse ponto questionando “por que seria necessário à sociologia considerar as “forças sociais”, “as correntes suicidógenas”, mais do que metáforas? Esta concepção geral da sociologia é, na realidade, uma metafísica da sociologia; ela é um realismo sociológico, ela acrescenta, como ela mesmo diz, um mundo novo de realidades aqueles dos quais se ocuparam os metafísicos anteriores”.

Isso dito, Simiand reconhece o mérito em Durkheim, “de provocar a atenção e a discussão, bem como ter dado um sensível golpe na concepção individualista e artificial da sociedade”. Ele termina louvando sem reservas a forte “consciência científica de Durkheim [...] que sempre citando os fatos utilizados, as estatísticas empregadas, dá no seu próprio trabalho o meio para que todo leitor discuta e aprecie sem cessar todos os resultados a que ele apresenta”.

Esta seção Documentos, é concluída com o artigo de Christian Baudelot et Roger Estabiet, “Suicídio: mudança de regime”. O texto faz parte de um livro coletivo “*Maurice Halbwachs, sociologue retrouvé*”, organizado por Marie Jaisson et Christian Baudelot (2007). Ao olhar o leque de aspectos explorados nesse volume cobrindo diferentes dimensões da obra de Halbwachs tais como: precariedade e pobreza, habitação, integração social estratificada, cidade e assimilação, teoria do conhecimento sociológico, memória e espaço, e, notadamente, o suicídio, é possível afirmar que um dos objetivos maiores deste livro, é contribuir para recuperar o lugar de M. Halbwachs na tradição sociológica francesa, uma vez que este é um

dos mais importantes colaboradores da sociologia durkheimiana, lugar nunca alcançado, malgrado as reedições de suas obras na França.

“Suicídio: mudança de regime”, propõe uma leitura bastante atenta não somente do livro “*As causas do suicídio*” – em comparação com a obra de Durkheim –, mas explora e atualiza os aportes teóricos deste para os estudos do fenômeno do suicídio na sociedade contemporânea. Apesar deste livro ser considerado por Marcel Mauss como uma continuidade da obra de Durkheim (como expresso no Prefácio do livro), Halbwachs propõe uma crítica e refundação das teses de Durkheim. Grande estatístico, e em certo sentido alinhado a seu amigo François Simiand, Halbwachs propõe retomar as teses de Durkheim a partir de novos dados estatísticos. A metodologia permanece a mesma – um estudo estatístico das variações concomitantes –, mas não se limita na análise das médias; ele testa as correlações e zela pelo estudo das dispersões em torno das médias, mensurando os desvios. Desse modo, ele insiste sobre os limites das análises estatísticas de seu mestre, sobre a amplitude dos períodos estudados, examina a qualidade das fontes estatísticas nos diferentes países europeus, os modos de perpetração do suicídio e a integração da questão das tentativas de suicídio, e relacionando a influência de outros fatores da vida social (status matrimonial, religião, indicadores econômicos, fatores políticos...).

O texto “Suicídio, mudança de regime” se justifica pelo próprio programa de pesquisa desenvolvido por Christina Baudelot e Roger Establet, pesquisadores de referência, que desde os anos de 1970, como já aqui mencionado, buscam atualizar os dados apresentados na obra dos dois eminentes sociólogos franceses (Durkheim/Halbwachs)

estendendo a análise à nossa época, não somente no contexto francês, como numa escala internacional.

O conjunto de textos aqui reunidos teve e tem como objetivo romper em definitivo o alheamento da sociologia brasileira ao tema do suicídio. Mais que divulgação de trabalhos e pesquisas acadêmicas, espera-se que o presente dossiê sirva de ponto de partida para novos estudos sobre os mais diversos aspectos que envolvem o fenômeno. Além de contribuir para uma melhor compreensão sobre ele, ajudará a entender melhor o atual momento do mundo, bem como do Brasil. Em razão disto, desejamos uma boa leitura a todas e todos.

REFERÊNCIAS

BAUDELLOT, C. ESTABLET, R. Durkheim et le suicide, 5e édition, PUF: Paris, 1999.

____. Suicide (L'envers de notre monde), SEUIL: Paris, 2018.

BÉRA, Matthieu. « Les comptes rendus de Durkheim à *L'Année sociologique* », CONTEXTES [En ligne], 10 | 2012, mis en ligne le 07 avril 2012, consulté le 22 octobre 2021. URL : <http://journals.openedition.org/contextes/4927> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/contextes.4927>

CHESNAIS, J-Cl. Les morts violentes em France depuis 1826 (Comparations Internationales), Paris: PUF, 1976.

DURKHEIM, É. Textes 1 : *Éléments d'une théorie sociale*. Paris : Minuit, 1975.

MARX, K. Sobre o Suicídio, São Paulo: Boitempo, 2008.

MINOIS, G. A história do suicídio: a sociedade ocidental diante da morte voluntária. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

PINGUET, M. A morte voluntária no Japão. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

QUEIROZ, J. B. *O suicídio na sociologia brasileira*. Contemporânea. V. 10, nº 3, set-dez. 2020. p. 1453-1480.

STEINER, P. *La sociologie de Durkheim*. 5e édition, Paris : La Découverte, 2018.

VAN VYVE, M. *La notion de suicide*. In: *Revue Philosophique de Louvain*. Troisième série, tome 52, nº36, 1954. p. 593-618